



**Iana Soares de Oliveira Penna**

**Dignidade da pessoa humana e direito à  
identidade na redesignação sexual**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Caitlin Sampaio Mulholland

Rio de Janeiro,  
Novembro de 2010



**Iana Soares de Oliveira Penna**

**Dignidade da pessoa humana e direito à  
identidade na redesignação sexual**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Caitlin Sampaio Mulholland**  
Orientadora  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Maria Celina Bodin de Moraes**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Márcia Nina Bernardes**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## Iana Soares de Oliveira Penna

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001) , especialização em Direito de Empresa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). Atualmente é Professora Superior do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia e Coordenadora de Curso do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia. Tem experiência na área de Direito , com ênfase em Direito Privado. Atuando principalmente nos seguintes temas: Dignidade da pessoa humana, Autonomia Privada, Direitos da Personalidade.

### Ficha Catalográfica

Penna, Iana Soares de Oliveira

Dignidade da pessoa humana e direito à identidade na redesignação sexual / Iana Soares de Oliveira Penna; orientadora: Caitlin Sampaio Mulholland. – PUC, Departamento de Direito, 2010.

119 fl. 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas

1. Direito – teses. 2. Transexualidade. 3. redesignação sexual. 4. identidade sexual. 5. direitos da personalidade. 6. autonomia privada. 7. dignidade humana. I. Mulholland, Caitlin Sampaio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Ao Zé, com amor.

## Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora, Caitlin Sampaio Mulholland, pelo constante estímulo e ainda pela atenção em uma fase que tem sido tão “requisitada”.

Aos queridos Jota e Rodrigo por terem dividido o cansaço e a ansiedade e por terem feito esse período tão alegre.

À Ana Carolina Brochado Teixeira por ter me cedido seu brilhante trabalho de forma tão carinhosa.

Ao meu amigo Yuri pelo incentivo a participação no processo seletivo e pela ajuda nos estudos.

À Marcela e ao Patric por sempre valorizarem a importância de uma boa formação.

À Dilene pela atenção que tive comigo durante todo esse período.

As meus pais por terem me permitido chegar até aqui.

Aos amigos e familiares que sempre me apoiaram e ajudaram.

Ao Zé, por tudo.

## Resumo

Penna, Iana Soares de Oliveira. Mulholland, Caitlin Sampaio. **Dignidade da pessoa humana e direito à identidade na redesignação sexual**. Rio de Janeiro, 2010. 119p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação defende a possibilidade da alteração do Registro Civil dos transexuais para que constem nome e sexo condizentes com o seu sexo reivindicado, mesmo nos casos em que não foi realizada a cirurgia de redesignação sexual. A partir de uma visão da transexualidade capaz de colocá-la fora dos marcos patologizantes e encará-la como uma experiência identitária e ainda diante da visão do sexo como um conceito pluridimensional envolvendo fatores de ordem física, psíquica e social, a possibilidade de autodeterminação sexual é vista como uma garantia constitucional. Usando hermenêutica civil-constitucional é possível permitir uma maior autonomia privada no que diz respeito às questões auto-referentes, notadamente em um Estado que tem como pilares fundamentais do ordenamento jurídico a pluralidade e a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, sendo a identidade sexual um dos componentes da identidade, permitir que o titular do direito possa, de forma responsável e consciente se autodeterminar é plenamente possível, mesmo diante da ausência de norma expressa a respeito, sendo inclusive um direito a saúde, considerada em seu aspecto psíquico. A Constituição, ao instituir um catálogo de direitos fundamentais tutela entre outros direitos, a liberdade e a privacidade, permitindo que cada um possa decidir sobre sua vida nas questões que dizem respeito às situações existenciais de maneira a atender suas aspirações e seus valores.

## Palavras-chave

Transexualidade; redesignação sexual; identidade sexual; direitos da personalidade; autonomia privada; dignidade humana.

## Abstract

Penna, Iana Soares de Oliveira. Mulholland, Caitlin Sampaio(Advisor). **Dignity of the human person and right for identity in the gender reassignment.** Rio de Janeiro, 2010. 119p. MSc Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The current work defends the possibility of altering the civil register of transsexuals, so that it presents the name and gender appropriate to their claimed gender, even in the cases that sex reassignment surgery was not performed. Through a concept of transsexuality as an identity experience rather than a pathology and understanding gender as a complex concept, involving factors of physical, psychological and social order, the possibility of sexual self-determination is viewed as a constitutional right. Using a civil-constitutional hermeneutics, it is possible to allow a greater privacy and autonomy in relation to self-referring matters, especially in a State that have as its main pillars of its legal system the plurality and dignity of human beings. In this context, being gender identity one of identity components, allowing the right bearer self-determination, in a responsible and conscious manner is fully possible, even with the lack of a formal law regarding it, being it in fact a health right, in relation to its psychic aspect. The constitution, by creating a catalog of fundamental rights, assures private autonomy, allowing each one to decide about its life in matters regarding existential situations in a manner that fulfills its aspirations and values.

## Keywords

Transsexuality; gender reassignment; gender identity; personality rights; private autonomy; human dignity.

## Sumário

1	Introdução	10
2	Conceitos e diferenças	15
2.1	Sexo	15
2.1.1.	Sexo genético	16
2.1.2.	Sexo gonático	17
2.1.3.	Sexo somático	17
2.1.4.	Sexo legal/jurídico	17
2.1.5.	Sexo de criação	19
2.1.6.	Sexo psicossocial	19
2.2.	Os diferentes tipos sexuais	20
2.2.1	Transexual	20
2.2.2.	Heterossexual	33
2.2.3.	Intersexual	34
2.2.4.	Homossexual	35
2.2.5.	Travesti	37
2.2.6.	Bissexual	38
2.2.7.	<i>Drag Kings</i>	39
2.3.	Sexo e gênero	40
2.4.	O processo transexualizador e a cirurgia de redesignação sexual	44
3	Direitos da personalidade e autonomia privada	50
3.1.	Direitos da personalidade	50
3.1.1.	Direitos da personalidade – uma análise civil-constitucional	52
3.2.	Autonomia privada	57
3.2.1.	Autonomia privada existencial e dignidade da pessoa humana	66
3.2.2.	Autonomia privada existencial e pluralismo jurídico	70
3.3.	Possibilidade de autodeterminação dos direitos da personalidade	76
3.4.	Limites à autodeterminação dos direitos da personalidade	83
3.4.1.	Limites internos	84

3.4.2. O outro	85
3.4.3. Ordem Pública	87
3.4.4. Bons costumes	87
4 Autonomia privada existencial e identidade sexual	89
4.1. O direito à identidade sexual como um direito à saúde	89
4.2. Autodeterminação e identidade sexual	95
5 Conclusão	107
6 Bibliografia	113